

APORTES ARQUEOLÓGICOS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO
ARCHAEOLOGICAL CONTRIBUTIONS IN THE PRODUCTION OF HISTORICAL KNOWLEDGE

Camila Diogo de Souza

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Aportes arqueológicos na produção do conhecimento histórico

Camila Diogo de Souza¹

Resumo: Este breve artigo visa discutir aspectos da relação entre a História e a Arqueologia por meio de alguns exemplos específicos da contribuição dos estudos da cultura material e de seus diferentes elementos constitutivos e abordagens metodológicas para a produção do conhecimento histórico. Tais exemplos versam sobre a História da Grécia Antiga e têm como objetivo debater e apresentar os aportes da Arqueologia Clássica e, em particular, da Arqueologia Funerária, enquanto disciplina fundamental no entendimento das sociedades antigas, possibilitando questionar e desconstruir determinados “fatos históricos”.

Palavras-chave: Arqueologia, cultura material, fato histórico, Grécia Geométrica.

Abstract: This short article aims to discuss aspects of the relationship between History and Archeology through some specific examples of the contribution of material culture studies and their component parts and methodological approaches for the production of historical knowledge. These examples are related to the History of Ancient Greece and aim to discuss and present the contributions of Classical Archaeology and, in particular, of Funerary Archaeology as a key discipline to understand ancient societies, enabling us to question and to deconstruct certain “historical facts”.

Keywords: Archaeology, material culture, historical fact, Geometric Greece.

A relação entre História e Arqueologia não constitui um tema de debate recente, pelo contrário, há muito tempo é alvo de inúmeras e variadas formas de abordagens e perspectivas (FUNARI, 2005). Podemos afirmar, contudo, que não se trata de um tema obsoleto, ainda levanta questões e argumentos controversos e polêmicos, distante de um consenso e de um ponto final. A “autonomia” e a “independência” da Arqueologia a partir da aquisição do estatuto enquanto “ciência” produtora de conhecimento e enquanto disciplina e área de pesquisa e formação própria que capacita profissionais na área (arqueólogos), isto é, ensinada nos departamentos universitários, constitui uma aquisição relativamente recente, originalmente ocorrida nos centros universitários europeus na primeira metade do século XX (FUNARI, 1988). Isso não significa dizer que escavações “arqueológicas” não ocorriam antes disso e nem que a cultura material não constituía fonte de investigações das sociedades do passado.

Tratar de um tema tão rico e abrangente como este (a relação entre a História e a Arqueologia), nos remete de forma imediata aos respectivos objetos de estudo das disciplinas (texto e a cultura material). A dicotomia fontes textuais *versus* cultura material, para uma grande parte dos pesquisadores, sempre foi considerada como fundamento das diferenças entre as duas disciplinas. O peso atribuído à documentação

¹ Pós-doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE – USP), Brasil; líder do Grupo de Pesquisas em Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (TAPHOS – CNPq), Brasil; coordenadora-pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas (LECA – UFPel), Brasil.

escrita, pretendida como idônea e, portanto, capaz de produzir conhecimento absoluto e inquestionável, durante muito tempo, moldou os estudos dos vestígios materiais, considerados como meros recursos ilustrativos ou complementares dos textos.

Dessa forma, conseqüentemente, a discussão desse tema também nos remete à antiga questão central: seriam os objetos de estudos de ambas as disciplinas antitéticos ou sintéticos na produção do conhecimento das sociedades do passado? Se sintéticos (combinados, fundidos, entendidos em conjunto), quais seriam, então, as especificidades da História e da Arqueologia? Quais os fundamentos que permitiriam, então, distinguir duas ciências que visam, em última instância, o mesmo objetivo, isto é, a produção do conhecimento das sociedades antigas? Como estabelecer, portanto, as bases das relações entre as duas disciplinas?

Está claro que não pretendemos de forma alguma “resolver” ou “esgotar” tais questões neste breve ensaio. Nossos objetivos nessas poucas páginas visam levantar algumas questões e reflexões sobre contribuições precisas e fundamentais do estudo da cultura material na produção do conhecimento das sociedades antigas. Em outras palavras, visamos discutir não de forma exaustiva, mas pontual, a importância da cultura material no exercício do historiador (o “fazer História”), no processo de produção do conhecimento histórico, apontando reflexões sobre o alcance, os problemas, as especificidades e particularidades das abordagens de leitura do objeto arqueológico. Para isso, pretendemos elencar alguns exemplos de abordagens e perspectivas de estudos arqueológicos, de estudo do registro material, que são fundamentais para a compreensão de determinados “fatos históricos”.

Logo de início, devemos atentar para um fato aparentemente óbvio, porém em princípio, ignorado por muitos estudiosos; isto é, a materialidade do texto. A documentação textual – objeto da História – depende de um suporte físico (material) para existir. Os signos linguísticos, independentemente de sua natureza, de suas características e de sua diversidade de significados, só se tornam visíveis, só adquirem uma existência material, um registro no mundo físico, a partir de uma determinada representação gráfica em um determinado objeto, independente da matéria-prima desse suporte: rocha, cerâmica, papel, plástico, madeira, tecido, metal etc. Tal suporte material pode dizer muito sobre os propósitos e as funções da documentação escrita, denotando intenções e aspectos das relações humanas e da organização da sociedade que a produziu. Podemos exemplificar esse caráter complementar e interdependente entre escrita e suporte material através dos estudos de natureza epigráfica da História da Grécia. As inscrições funerárias, feitas em uma lápide, uma estela funerária especialmente encomendada e confeccionada para fins funerários possuem funções e significados totalmente distintos das inscrições jurídicas, como por exemplo, as *ostraka* na Atenas da Grécia Clássica do séc. V a.C. em que fragmentos cerâmicos provenientes de vasos quebrados são reaproveitados para votação do exílio de um cidadão (FORSDYKE, 2009).

Podemos mencionar ainda as inscrições administrativas, feitas em edifícios públicos, como os decretos e leis que regulavam e normatizavam o comportamento e as relações entre os cidadãos de uma determinada *pólis* grega, ou ainda, inscrições votivas encontradas em templos que apresentavam uma dedicatória a um deus, por exemplo, ou um agradecimento a uma graça. Tais exemplos demonstram de forma evidente que o viés arqueológico de abordagem, de análise do objeto a partir da matéria-prima, do processo de fabricação, da descrição e classificação de seus aspectos morfológicos e decorativos, de suas dimensões e, finalmente, do entendimento de seus usos e funções, associado à interpretação da própria documentação escrita nele contida, contribui de forma efetiva e variada nos estudos das sociedades do passado, sem mencionar estudos de sociedades cuja escrita permanece como um elemento de expressão cultural secundário ou até mesmo ausente.

Neste sentido, não poderíamos deixar de ressaltar as especificidades da cultura material enquanto objeto de estudo da Arqueologia. Há uma extensa bibliografia sobre as definições e conceitos dos artefatos enquanto documento arqueológico, vale dizer, enquanto fonte de informações sobre a sociedade que os produziu. Não nos cabe neste ensaio expor e discutir tais reflexões, contudo enfatizamos que a própria denominação *cultura* material visa ressaltar as características dos artefatos enquanto resultado do trabalho humano, da ação humana no mundo ao seu redor, na natureza e com os demais seres humanos (MATTHEW, 2004). Ou seja, os objetos são entendidos como produto e vetor das relações entre os homens, sejam elas relações de trabalho, sociais, culturais e comerciais, por exemplo. Dessa forma, os artefatos também são compreendidos como suporte de mensagens expressas através de uma linguagem com usos e funções específicas, sejam elas práticas, imediatas e funcionais, como por exemplo, um vaso confeccionado para beber, sejam elas simbólicas, um vaso confeccionado especificamente para ser depositado em uma sepultura, integrando o conjunto de rituais praticados durante as exéquias fúnebres. Os objetos carregam mensagens, assim como os textos, e portanto, são igualmente capazes de mediar, modificar e determinar as relações humanas, isto é, do homem com o homem e com a natureza e os objetos ao seu redor (MENESES, 1983; SCHIFFER, 1996). Da mesma forma que os historiadores com os textos, os arqueólogos se debruçam na decodificação dessas mensagens contidas na cultura material (RENFREW, BAHN, 1993; TRIGGER, 2004; NEUSTUPNÝ, 1993). As formas de abordagem, como dominar, entender e “decifrar” os códigos dessas linguagens para proporcionar as leituras de cada um de seus objetos de estudo, sempre foram e ainda continuam sendo preocupações centrais nas duas disciplinas em relação aos seus fundamentos teórico-metodológicos.

Um exemplo prático, concreto e cabal da relação entre textos e cultura material encontra-se na análise das “obras homéricas”, a *Ilíada* e a *Odisseia*, duas epopeias, uma que retrata a guerra entre gregos e troianos e a outra que narra as aventuras do herói grego Odisseu durante seu retorno da guerra para sua cidade, Ítaca. As duas obras totalizam cerca de 28.000 versos compostos por rima e métrica precisas,

denominadas versos hexâmetros, isto é, compostas de seis versos, sendo o quinto um verso *dátilo* (verso que encerra 4 tempos, uma sílaba longa e duas breves) e o sexto verso do tipo *espondeu* (verso com 4 tempos, mas duas sílabas longas).

Do final do século XIX até quase a metade do século XX, as escavações “arqueológicas”, como por exemplo aquelas conduzidas por H. Schliemann em Troia e Micenas, tinham como objetivo buscar os referentes históricos das obras, encontrar o registro material que comprovasse e ilustrasse os “fatos históricos” descritos nas “obras homéricas”, tidos como “verdades históricas”. As obras eram consideradas como uma fonte incontestável para o conhecimento de todo o período que antecedia os jogos olímpicos, isto é, antes de 776 a.C., marco que delimita tradicionalmente a Proto-História da História da Grécia Antiga por meio da ocorrência dos primeiros jogos olímpicos e, conseqüentemente, da confirmação da existência e legitimação da instituição da *pólis* grega.

Somente na década de 1950, M. Ventris (1958) e J. Chadwick (1956) decifram grande parte da escrita denominada Linear B, registrada nos tabletes de argila encontrados em Micenas e estabelecem as primeiras referências cronológicas absolutas da Idade do Bronze. A “sociedade homérica” com seus heróis e sua riqueza material passa a corresponder à riqueza dos vestígios da “civilização micênica”, balizada cronologicamente entre 1600 e 1200 a.C. aproximadamente. O intervalo entre 1200 e 700 a.C. é, dessa forma, identificado a um período obscuro denominado de “Idade das Trevas” ou “Idade Obscura” (a Idade Média da História da Grécia) e marcado por um retrocesso material, cultural e político, principalmente devido à ausência do registro escrito.

A partir da segunda metade do século XX, alguns pesquisadores se debruçam sobre o estudo “arqueológico” das obras homéricas e demonstram que seus referentes materiais pertencem não só à Idade do Bronze, mas também ao período subsequente, a “Idade Obscura”. As obras passam a ser entendidas como produtos da tradição oral e, no final do século VIII a.C., histórias e mitos cantados, dançados e encenados oralmente são reunidos por vários poetas e compilados em versos escritos. A própria figura de Homero enquanto ser histórico real é questionada². A performance oral das obras implica na compreensão das obras enquanto um amálgama também de aspectos sociais, políticos e econômicos de vários períodos da chamada Proto-história grega, tanto da Idade do Bronze, do Período Micênico, quanto da “Idade Obscura”³.

Ressaltamos ainda o caráter peculiar das obras enquanto documento histórico cujos registros textuais e compilações mais antigas remontam não ao século VIII a.C., mas à Idade Moderna. Os manuscritos mais antigos são datados do século XI a.C. e a primeira edição da *Ilíada* e da *Odisséia* enquanto livro impresso completo data do século XV, em 1488, editado em grego e publicado em Florença, Itália (NIKOLETSEAS, 2012).

² Para discussão detalhada sobre a denominada “Questão Homérica”, isto é, o questionamento de Homero enquanto figura histórica, sobre a autoria das obras e as datações das mesmas, vide Zanon (2008) e Souza (2005), incluindo debates historiográficos e referências sobre o tema.

³ Sobre a discussão das obras homéricas e a Arqueologia, vide Zanon (2008) e Souza (2005).

Nas décadas de 1960 e 1970, C. G. Starr (1961), A. M. Snodgrass (1971), J. N. Coldstream (1968), P. Courbin (1966), entre outros pesquisadores se concentram no estudo sistemático dos vestígios materiais provenientes de sepulturas datadas entre os séculos IX e VIII a.C. em diversos sítios arqueológicos da Grécia, analisando fundamentalmente o *mobiliário funerário* desses túmulos, vale dizer, o conjunto de objetos depositados com o morto na sepultura, principalmente, os artefatos em metal e os vasos cerâmicos. Podemos afirmar que o conhecimento atual que possuímos sobre os diferentes aspectos das sociedades da “Idade Obscura” se deve quase em sua totalidade à Arqueologia, e em particular, aos registros materiais provenientes dos contextos funerários.

As obras de P. Courbin e J. N. Coldstream permitiram o estabelecimento de referências cronológicas absolutas para os diferentes subperíodos da Idade do Ferro, fundamentados em tipologias morfológica e estilísticas das produções cerâmicas dos principais sítios desse Período, sobretudo a argiva e a ática respectivamente (Figura 1). É neste contexto que a Idade do Ferro passa a ser dividida em subperíodos nomeados de acordo com a classificação dos motivos decorativos e pictóricos geométricos dos vasos. Tais estudos são considerados até hoje como referências para o estabelecimento de cronologias e estilos específicos de outras produções cerâmicas do Período Geométrico.

Contudo, os demais elementos da cultura material proveniente dos contextos funerários, como a arquitetura da sepultura e o próprio defunto eram ignorados e até mesmo descartados, ou armazenados nas reservas técnicas dos museus sem qualquer atenção à sua potencialidade no estudo das práticas mortuárias.

Arqueologia Funerária ou também denominada de Arqueologia da Morte⁴, viés da Arqueologia que estuda os contextos funerários, exerce simultaneamente um fascínio e curiosidade, e suscita temas e questões vedadas, proibidas, verdadeiros tabus sociais. Ela também nos remete para o nível da História das Mentalidades e mesmo da História das Emoções no processo de produção do conhecimento das sociedades passadas, pois permite alcançar aspectos da espiritualidade de uma determinada sociedade, suas crenças religiosas, como por exemplo, a crença na vida após a morte, e, ainda, as relações, concepções e sentimentos dos seres humanos em relação à morte e às formas de lidar com tal fenômeno (LE GOFF, 1996).

Quando lidamos com a morte, não importa seus aspectos ou abordagens, a primeira coisa que nos vem à mente é o fato de que ela constitui uma verdade universal: todo ser vivo morre. Todavia, isto não significa dizer que a morte é vista e representada de uma forma homogênea pelas diferentes sociedades. Cada comunidade e agrupamento humano possui suas próprias formas de lidar com a morte na tentativa de confortar os vivos de sua inevitabilidade, da incerteza do porvir, da ausência do morto, atribuindo-lhe um novo papel e uma nova posição na sociedade. Tais formas podem ser observadas a partir do conjunto de crenças, regras, comportamentos e práticas rituais executados pelos vivos que configuram suas atitudes em relação à morte e ao morto caracterizando práticas rituais funerárias específicas. Raros são os exemplos de

⁴ Para maiores detalhes sobre o debate historiográfico com bibliografia sobre a Arqueologia Funerária, vide Souza (2011).

agrupamentos humanos e grupos sociais tanto no passado quanto atualmente em que seus mortos são abandonados e não dispõem de nenhum cuidado após a morte ou simplesmente os corpos são descartados. Tanto o descarte, o abandono do corpo do morto, quanto o canibalismo, por exemplo, são práticas de tratamento aos mortos consideradas como um tabu na sociedade cristã ocidental atual.

Enquanto fenômeno físico e biológico, o foco de análise encontra-se na *causa mortis* e tais tipos de estudo concentram-se em desvendar as circunstâncias através das quais as pessoas teriam morrido; como, de que forma, há quanto tempo, se teriam morrido instantaneamente ou não, de causas naturais ou não, se morreram jovens ou idosos etc. Resumindo, tais estudos tentam traçar aspectos da demografia, das condições de vida e de trabalho, patologias e expectativa de vida de uma sociedade, por exemplo. Enquanto fenômeno social e humano, a morte possui duas características culturais fundamentais que produzem dois tipos de registro. Um deles é visível, ou pelo menos, intencionalmente construído para durar por um longo período, formado por uma série de práticas rituais que produzem um conjunto de vestígios materiais remanescentes; por exemplo, os próprios túmulos, as oferendas depositadas com o morto e os monumentos funerários, como as lápides. Este conjunto de vestígios materiais produto da morte é denominado de *sêma* (σῆμα, τό) e literalmente significa marca, sinal ou túmulo, monumento e constitui o habitat do morto, o espaço físico ocupado pela pessoa após a morte e no mundo dos vivos (BALUT, 1986).

É interessante ressaltar neste ponto a importância da materialidade, do registro material no processo de conhecimento dos aspectos religiosos da sociedade. O habitat, a morada dos mortos denota uma resistência cultural face à morte e, simultaneamente, evidencia a perpetuação simbólica da existência social do indivíduo (do morto), seja por em escala individual, particular, pessoal (por meio da sepultura individual), seja em escala de um grupo familiar ou social (por meio dos jazigos, dos sepultamentos coletivos em um cemitério específico, um local delimitado física e geograficamente para abrigar os mortos ou os locais onde os indivíduos são enterrados coletivamente). Poderíamos ainda incluir nessa escala maior, familiar ou de um grupo, classificações e distinções geográficas por critérios de idade, gênero, religião etc. Enfim, o *sêma*, o contexto funerário enquanto registro material constitui um registro coletivo da memória de um indivíduo e conseqüentemente de um grupo social e contribui de forma efetiva para a formação de identidades (RADLEY, 1992). Trata-se de um espaço físico e um conjunto de objetos que exemplifica de forma característica o que Pierre Nora denomina de “lieux de mémoires” (NORA, 1984; LE GOFF, 1996).

Enquanto fenômeno social e cultural, a morte abrange cerimônias e rituais que nem sempre proporcionam resquícios materiais visíveis, como por exemplo, a lamentação em um velório, rezas, danças, cantos e banquetes. Tais práticas podem ser realizadas não só no momento específico da morte, mas repetidamente como resultado de ações privadas feitas pelos membros da família, do grupo social e pelos amigos do morto ou através de festividades e celebrações públicas com datas sócio-culturalmente definidas pela comunidade, como por exemplo, o dia 2 de novembro, dia de finados para a sociedade cristã. Essas

atividades, independentemente de sua natureza, pública ou privada, podem ser executadas repetidamente no habitat do morto e, dessa maneira, o *sêma* adquire a qualidade de *mnêma* (μνήμα, τό), sendo constituído por formas simbólicas de representação e por funções ideológicas que visam perpetuar a memória do morto e lhe atribuir novos papéis sociais (BALUT, 1986).

Há várias décadas, muitos desses aspectos das práticas mortuárias vem sendo amplamente abordados a partir de perspectivas arqueológicas variadas. O estudo da cultura material lida com os aspectos concretos da morte, enquanto fenômeno humano que produz vestígios passíveis de análise das práticas rituais exercidas por uma determinada sociedade, isto é, os contextos funerários. A bibliografia sobre a natureza e os significados da relação entre os contextos funerários e a organização da sociedade é extensa, controversa e diversificada. A grande maioria dos estudos concentra-se na análise do mobiliário funerário enquanto evidência para se alcançar o status social dos indivíduos e a estruturação sociopolítica da sociedade.

Podemos destacar duas correntes teórico-metodológicas de interpretação dos contextos funerários amplamente debatidas pela historiografia da Arqueologia da Morte. Nos pressupostos da Arqueologia Processual ou Nova Arqueologia, a organização social está diretamente refletida nas práticas e rituais mortuários. Os papéis, as relações sociopolíticas e o status social do indivíduo em vida, denominados de *social persona* por W. Goodenough (1965) e Arthur A. Saxe (1970) são observadas através das práticas funerárias como reprodução da estrutura e das relações sociais cotidianas.

As críticas a tais proposições são frequentemente reunidas em estudos sob a denominação de Arqueologia Pós-processual, ou ainda Arqueologia Contextual ou Interpretativa que entendem a morte como um conjunto de representações simbólicas das práticas sociais responsáveis pelo equilíbrio da sociedade, pois promovem simultaneamente, de um lado, a manutenção da ordem social e, de doutro, demonstram as tensões e as diferenças entre os grupos sociais divergentes. As práticas mortuárias são testemunhos da dinâmica e das mudanças sociais vivenciadas por uma comunidade. Elas são permeadas, dessa forma, por uma série de regras e sanções sociais gerais, e ainda, de comportamentos específicos de um grupo social. Nesse sentido, podemos afirmar que o sistema ritual é “politizado”, pois é formado por um conjunto de representações simbólicas aprovado socialmente, cuja principal função constitui a afirmação e manutenção dos laços sociais, seja pela isonomia das identidades, ou pela marca de suas diferenças, perpetuando ou alterando tradições e a própria estrutura da sociedade. Segundo os autores que seguem tal linha interpretativa, a estrutura social é, na realidade, idealizada e construída por aqueles membros da sociedade que participam das práticas mortuárias. Dessa forma, as práticas mortuárias não devem ser entendidas como um simples espelho das relações sociais da vida real.

Dois características do morto podem ser visualizadas através dos contextos funerários: 1) uma diz respeito às escolhas e às realizações pessoais do morto em vida; 2) a outra diz respeito aos papéis, posições e relações construídas pelo morto em vida e na morte (sua *persona pessoal*). A primeira característica é

exteriorizada pela presença de objetos pessoais nos túmulos, entretanto seus valores pessoais são difíceis de serem alcançados apenas pela análise arqueológica. A segunda conduz exatamente à problemática da relação entre os contextos funerários e a organização da sociedade.

De fato, os vestígios funerários nos dizem sobre as relações entre os homens e dos homens com o mundo material ao seu redor, mesmo se tais relações são caracterizadas por representações simbólicas, manipulação e distorção da organização social. É impossível negar ou negligenciar os aspectos e os significados simbólicos das práticas funerárias, todavia elas representam apenas em parte a estrutura social cotidiana de uma comunidade. As expressões e práticas rituais são produtos da escolha humana e compreendem criação de sentido. Elas servem como símbolos utilizados pelos vivos “consciente e inconscientemente para proclamar suas posições e aspirações sociais” (DICKINSON, 2006, p. 178). Elas podem ser entendidas como estratégias utilizadas intencionalmente para indicar, criar e reafirmar o status social ou a posição política de um indivíduo e/ou de um grupo. Assim, a *persona social* do morto não está diretamente e nem inteiramente reproduzida nos enterramentos.

Nas últimas três décadas, os estudos sobre as práticas mortuárias têm associado a análise do mobiliário funerário com os demais aspectos dos enterramentos, como por exemplo, tipo e orientação da sepultura e distribuição espacial, visando entender características da topografia funerária (BECK, 1995; PARKER-PEARSON, 1993, 1999). Além disso, a difusão do foco de análise dos contextos funerários também gerou contribuições fundamentais a partir de abordagens e perspectivas que procuram reconstituir a “história” do morto em vida. Recentemente, as contribuições das análises osteológicas do defunto fundamentado nas características morfológicas e anatômicas tem buscado ir além das análises de gênero, idade e etnia. Um grande número de estudos foca em informações sobre a expectativa e as condições de vida, como dieta e hábitos de saúde, investigando e traçando possíveis doenças hereditárias ou adquiridas e marcas osteológicas que indiquem condições patológicas e episódios de stress físico decorrente de atividades físicas e de trabalho.

A partir da década de 1990, podemos destacar ainda uma grande intensificação das contribuições da Bioarqueologia ao estudo dos contextos funerários com o objetivo de traçar a “história” do defunto após a morte. A antropologia de campo utiliza métodos meticulosos de identificação da distribuição espacial dos ossos na sepultura permitindo entender os processos pós-deposicionais que teriam interferido nas práticas funerárias originais, por exemplo, reconhecendo como os ossos teriam se movimentado com o processo de decomposição (DUDAY *et al.*, 1990). Está claro que, muitas vezes, a identificação de tais características é restrita e condicionada a diferentes fatores, principalmente àqueles de ordem ambiental, como por exemplo, o alto grau de decomposição de determinados matérias como madeira utilizada para caixões ou como marcadores de túmulos, por exemplo, ou ainda, a preservação de ossos infantis, em particular, recém-nascidos. Todavia, os elementos naturais e as condições ambientais não são os únicos responsáveis pela

desconsideração de tais características numa grande parte dos estudos das práticas mortuárias. Com frequência, escavadores e mesmo arqueólogos não possuem formação e conhecimento especializado para identificar fenômenos de ordem tafonômica. As técnicas e as abordagens da Bioarqueologia aplicadas aos enterramentos têm resultado na adoção de atitudes inovadoras que modificam e redefinem os métodos “tradicionais” da análise funerária e contribuem de forma essencial para uma compreensão mais aprofundada e integrada dos contextos funerários e das práticas rituais como um todo.

Abordaremos um exemplo de estudo dos contextos funerários que buscam a interdisciplinaridade como característica fundamental no processo de produção do conhecimento arqueológico. Trata-se de uma exposição bastante concisa dos resultados de uma pesquisa desenvolvida há anos sobre a análise do conjunto da cultura material proveniente das sepulturas datadas do Período Geométrico em Argos (Fig. 1), sítio localizado na região da Argólida, Peloponeso, Grécia (Figura 2)⁵.

Muitas vezes, os relatórios e crônicas de escavações das campanhas de salvamento mais antigas, datadas do final do século XIX e da primeira metade do XX, realizadas nas áreas habitadas, como a cidade atual de Argos, são bastante lacunares e não apresentam sequer qualquer informação sobre o tipo de sepultura e de enterramento e nem informações sobre o morto, mas trazem apenas a quantidade e o tipo de oferenda encontrada. Tal atitude tem mudado bastante nas últimas décadas a partir de um esforço conjunto entre pesquisadores de diversas especialidades, como antropólogos físicos, ceramólogos, restauradores, zooarqueólogos, bioarqueólogos, especialistas em metais, geólogos etc. e até mesmo em áreas consideradas distantes da Arqueologia e das ciências humanas como matemáticos, arquitetos, químicos e físicos na tentativa de reconstituir a totalidade dos contextos funerários e entender melhor o todo dos elementos que compõem as práticas mortuárias.

Um dos exemplos mais significativos das sepulturas geométricas argivas é um conjunto de 4 túmulos (T. 263, T. 265, T. 266, T. 278) escavados pela Escola francesa de Atenas (École française d’Athènes – Efa) sob a direção de Yvon Garlan nas campanhas de 1966 no Terreno Papaparaskevas (Sondagem 80), localizado na área sul da cidade⁶. Os túmulos são todos grandes cistas construídas e cobertas com placas pequenas e pedras de calcário e continham um total de 25 indivíduos⁷. A inumação mais antiga data do final do Geométrico Antigo

⁵ Tal pesquisa constitui a tese de doutoramento Souza, C. D. de publicada no suplemento da Revista do MAE-USP em 2011. Foram examinados e comparados aproximadamente 800 contextos funerários da região da Argólida datados da Idade do Ferro na Grécia continental. O estudo das sepulturas visou o entendimento das práticas mortuárias, suas modificações e especificidades, executadas nos principais sítios da região e durante as principais fases desse período. Para detalhes e debates historiográficos sobre os recortes cronológicos e as datas absolutas aproximadas de cada fase do Período Geométrico na Grécia continental como um todo e na região da Argólida, vide Souza (2011, p. 27-32).

⁶ A publicação sistemática dessas sepulturas (T. 263, T. 265, T. 266, T. 278) e demais túmulos datados do Geométrico escavados pela Escola francesa de Atenas depois da publicação de P. Courbin, *TGA I*, que corresponde às atividades da escola entre 1958 a 1973, está sendo preparada como resultado da pesquisa de quatro anos de pós-doutorado conduzida por C. Diogo de Souza e financiada pelo CNPq e pela FAPESP a ser entregue à Efa em 2016.

⁷ A cista é constituída por uma cova revestida com placas de pedra de calcário nas paredes e cobertura. Para maiores detalhes sobre a cista, seus tipos e utilizações durante os subperíodos do Geométrico vide Souza (2011).

e durante o Geométrico Médio e principalmente o Geométrico Recente, as cistas foram reutilizadas várias vezes. O número de objetos depositados com os mortos é impressionante, formado por mais de 200 vasos cerâmicos inteiros encontrados no interior das sepulturas e centenas de fragmentos revelados na camada estratigráfica superior da Sondagem, imediatamente associados às sepulturas e por um pouco mais de sessenta objetos em metal (entre eles, principalmente, alfinetes e anéis em ferro e bronze). Os vasos são ricamente decorados com o repertório geométrico argivo típico, como a dupla cavalo e condutor (Fig. 3) e a série de figuras femininas de mãos dadas segurando um ramo de trigo (Fig. 4), considerado como um elemento característico do “ideal heroico da aristocracia argiva” (PAPPI, 2006; PAPPI, TRIANTAPHYLLOU, 2011).

É importante ressaltar que a análise osteológica dos indivíduos enterrados nessas sepulturas indica a presença de homens e mulheres (inúmados juntos, em uma mesma cista) variando entre 40 e 50 anos de idade e com boas condições físicas e de saúde (PAPPI, TRIANTAPHYLLOU, 2011, p. 719). A análise dentária indica o mesmo tipo de dieta rica em carboidratos e proteínas, resultante de uma alimentação abundante em carne e açúcares. Também não há indícios de patologias graves, sejam genéticas, sejam causadas por esforços físicos (HAPIOT, 2015).

Dessa forma, não há evidências que indiquem diferenças no tratamento funerário dispensado aos homens e às mulheres. Ambos são inumados no mesmo tipo de sepultura, muitas vezes juntos, e com o mesmo tipo de mobiliário, o mesmo tipo de artefatos em metal e os mesmos tipos de vasos, tanto no que diz respeito aos aspectos morfológicos, quanto decorativos (o mesmo repertório geométrico argivo). Tais resultados corroboram a ideia de que a mulher de meia-idade deve ter tido um papel ativo na construção da identidade social argiva durante o Geométrico, pois ela participa do mesmo sistema simbólico de práticas funerárias usado para os homens (LANGDON, 2001, p. 591-592).

Faz-se necessário ressaltar ainda que essas cistas reutilizadas não foram originalmente construídas para abrigar inumações coletivas. Os enterramentos originais são datados do Geométrico Antigo, início do Período Geométrico e, durante o Geométrico Recente, as cistas foram visivelmente alargadas para abrigar os novos ocupantes (HÄGG, 1980). Isto demonstra claramente novas atitudes em relação a práticas mortuárias, provavelmente motivadas por mudanças políticas e sociais. A distribuição espacial dessas sepulturas reutilizadas configura uma topografia funerária bastante interessante e significativa neste contexto histórico. Em primeiro lugar, há uma continuidade evidente das áreas utilizadas para enterrar os mortos do final do Geométrico Antigo até o final do Geométrico Recente. Em segundo, constata-se um processo gradual de formação de agrupamentos de sepulturas configurados provavelmente por aspectos familiares, de parentesco e/ou de um determinado grupo social (HÄGG, 1980, 1983; PAPPI, TRIANTAPHYLLOU, 2011, p. 728; SOUZA, 2011, p. 145, 232). Elemento fundamental na configuração de um “fato histórico” de suma relevância e um marco na História da Grécia: o processo de formação da *pólis*.

As práticas funerárias exteriorizam e reforçam os laços familiares e de pertença a um grupo social como uma forma de legitimar e justificar seu status e poder e, conseqüentemente, se manter no topo do processo de formação da *pólis* argiva (SOUZA, 2011). A cultura material se torna, portanto, um meio de representação simbólica coletiva de poder e prestígio coletiva da camada aristocrática argiva. Este breve e particular exemplo de análise das sepulturas geométricas argivas indica a potencialidade do exame do registro arqueológico funerário enquanto fonte para o conhecimento das especificidades desse processo, pois é exatamente através dos contextos funerários que podemos perceber diferenças significativas entre as comunidades desse período que marcam as especificidades das transformações sociais e políticas engendradas por uma nova configuração social resultante da formação da cidade-estado.

Resumindo, a análise da cultura material neste caso em específico se torna um elemento fundamental na construção do conhecimento histórico, no entendimento desse “fato histórico” engendrado pela formação da *pólis*. Trata-se, na realidade, de uma proposta que visa a produção heurística do conhecimento do passado; isto é, uma pesquisa fundamentada na descoberta, na investigação dos documentos enquanto fontes de informações (que sejam textos e objetos) e que ressalta a importância da interdisciplinaridade, do diálogo e da relação dialética entre as disciplinas, uma vez que uma única ciência não traz o conhecimento absoluto, pleno e pretensamente verdadeiro dos aspectos de uma determinada sociedade. Retornamos, dessa maneira, a questão mais ampla levantada no início dessa apresentação sobre a relação entre História e Arqueologia. Independentemente das especificidades de seus objetos de estudo, ambas buscam o conhecimento de sociedades passadas, buscam entender o comportamento humano, suas formas de representações do mundo e suas mudanças. Contudo, é exatamente este aspecto dinâmico da produção de conhecimento nas ciências humanas que faz da pesquisa um domínio interessante, constante e perpetuamente revelador e original.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALUT, P.-Y. Signal de Mort. *RAMAGE*, v. 4, p. 315-349, 1986.
- BECK, L. A. *Regional Approaches to Mortuary Analysis*. New York: Plenum Press, 1995.
- BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. *AmerAnt*, v. 28, n. 2, p. 217-25, 1962.
- BINFORD, L. R. Mortuary Practices: their study and their potential. In: BROWN, J. Approaches to the social dimension of mortuary practices. *American Antiquity*, n. 36, p. 6-29, 1971.
- BINFORD, L. R. *In Pursuit of the Past: Decoding the Archaeological Record*. New York: Thames and Hudson, 1983.
- CHADWICK, J. *The Decipherment of Linear B*. Cambridge: CUP, 1958.
- COLDSTREAM, J. N. *Greek Geometric pottery. A survey of ten local styles and their chronology*, London: Methuen & Co. Ltd., 1968.
- COLDSTREAM, J. N. *Geometric Greece*. London: Methuen & Co. Ltd., 1976.
- COLDSTREAM, J. N. The Formation of the Greek Polis: Aristotle and Archaeology. *Geisteswissenschaften Forschungen, Vorträge G272*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1984. p. 7-22.
- COURBIN, P. Une tombe géométrique d'Argos. *BCH*, v. 81, p. 322-386, 1957.
- COURBIN, P. *La céramique géométrique d'Argos*, Paris : De Boccard, 1966.
- COURBIN, P. *Les Tombes Géométriques d'Argos, I (1952-1958)*. Études Péloponnésiques VII, Athènes. Paris : École française d'Athènes, 1974.
- DICKINSON, O. *The Aegean from Bronze Age to Iron Age. Continuity and change between the twelfth and eighth centuries BC*. London and New York : Routledge, 2006.
- DUDAY, H.; COURTAUD, P.; CRUBEZY, E.; SELLIER, P.; TILLIER, A.-M. L'Anthropologie 'de terrain': reconnaissance et interprétation des gestes funéraires. *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, n. 3-4, p. 29-50, 1990.
- FOLEY, A. The Argolid 800-600 B.C. *SIMA*, Göteborg, v. LXXX, 1988.
- FOLEY, A. Ethnicity and the topography of burial practices in the Geometric period. In: PARIENTE, A.; TOUCHAIS, G. *Argos et l'Argolide. Topographie et Urbanisme. Actes de la Table Ronde Internationale 28/4 – 1/5/1990 – Athènes, Argos*. Athènes ; Nauplie ; Paris : Υπουργείο Πολιτισμού; Ecole française d' Athenes; De Boccard, 1998. p. 137-143.
- FORSDYKE, S. *Exile, Ostracism, and Democracy: The Politics of Expulsion in Ancient Greece*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- FUNARI, P. P. A. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-110

- GOODENOUGH, W. H. Rethinking 'Status' and 'Role'. Toward a General Model of the Cultural Organization of Social Relationship. In: BANTON, M. (Ed.) *The Relevance of Models for Social Archaeology*. ASA. Monographs, London : Tavistock Publications, 1965. p. 1-24.
- HAPIOT, L. *Alimentation, hygiène et environnement sanitaire dans le monde égéen ancien*. 2015. Thèse (Doctorat) – Département d'Archéologie, Université Paris 1, Panthéon-Sorbonne, 2015.
- HÄGG, R. Die Gräber der Argolis in sumykenischer, protogeometrischer und geometrischer Zeit. *BOREAS*, Uppsala, v. 7, p. 1, 1974.
- HÄGG, R. Some Aspects of the Burial Customs of the Argolid in the Dark Age. *AAA*, n. 13, p. 119-26, 1980.
- HÄGG, R. Zur Stadtwerdung des dorischen Argos. In: PAPENFUSS, F.; STROCKA, V. *Palast und Hütte. Beiträge zum Bauen und Wohnen im Altertum von Archäologen, Vor- und Frühgeschichtlern*. Tagungsbeiträge eines Symposiums der Alexander von Humboldt-Stiftung Bonn – Bad Godesberg veranstaltet vom 25-30 November 1979 in Berlin. Berlin: Zaberndruck, Mainz am Rhein, 1982. p. 297-307.
- HÄGG, R. Burial Customs and Social Differentiation in 8th-Century Argos. HÄGG, R.; MARINATOS, N. *The Greek Renaissance of the Eight Century B. C.: Tradition and Innovation. Proceedings of the Second International Symposium at the Swedish Institute in Athens, 1-5 June, 1981*. Stockholm, 1983. p. 27-31.
- HÄGG, R. Sumbycenaean Cremation Burials in the Argolid?, *Aegaeum*, v. 1, p. 207-211, 1987.
- HÄGG, R. Argos and Its Neighbors: Regional Variations in the Burial Practices in the Protogeometric and Geometric Periods. In : PARIENTE, A.; TOUCHAIS, G. *Argos et l'Argolide. Topographie et Urbanisme. Actes de la Table Ronde Internationale 28/4 – 1/5/1990 – Athènes, Argos*. Athènes ; Nauplie ; Paris: Υπουργείο Πολιτισμού; Ecole française d' Athenes; De Boccard, 1998. p. 131-135.
- LANGDON, S. Beyond the Grave: Biographies from Early Greece, *AJA*, v. 105, p. 579-606, 2001.
- LANGDON, S. *Art and Identity in Dark Age Greece, 1100-700 B.C.E*. Cambridge: CUP, 2008.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- MATTHEW, S. G. Conclusion: wither to, ethnicity? *ARC*, v. 19, n. 2, p. 118-23, 2004.
- MENESES, U. T. B. Cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 103-117, jul.-dez. 1983.
- NEUSTUPNÝ, E. *Archaeological Method*. Cambridge: CUP, 1993.
- NIKOLETSEAS, M. M. *The Iliad - Twenty Centuries of Translation: a critical review*. USA, 2012.
- NORA, P. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Galimard, 1984.
- PAPPI, E. Argive Geometric figured style: The rule and the exception. In RYSTEDT, E.; WELLS, B. (Eds.). *Pictorial pursuits. Figurative painting on Mycenaean and Geometric pottery. Papers from two seminars at the Swedish Institute at Athens in 1999 and 2001*. Stockholm, 2006. p. 229-237.
- PAPPI, E.; TRIANTAPHILLOU, S. Mortuary Practices and the Human Remains: a preliminary study of the geometric graves in Argos, Argolid. In: MAZARAKIS, A. A. (Ed.). *The "Dark Ages" Revisited. Acts of an*

- International Conference in Memory of William D. E. Coulson, Volos 14-17 June, 2007*. University of Thessaly Press: Volos, 2011. Volume II, p. 673-688.
- PARKER-PEARSON, M. *The Powerful Death: Archaeological Relationships between the Living and the Death*. *CAJ*, v. 3, p. 203-29, 1993.
- PARKER-PEARSON, M. *The Archaeology of Death and Burial*. Stroud: Allan Stun, 1999.
- RADLEY, A. Artefactos, memória e sentido del passado. In: MIDDLETON, D.; EDWARD, D. (Orgs.) *Memória compartida: la naturaleza social del recuerdo y del olvido*. Buenos Aires: Paidós, 1992. p. 63-76.
- RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*. Madrid: Ed. Akal, 1993.
- SAXE, A. *Social Dimensions of Mortuary Practices*. Michigan University: Ann Arbor Microfilm, 1970.
- SCHIFFER, M. B. *Formation Processes of the Archaeological Record*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1996.
- SNODGRASS, A. M. *The Dark Age of Greece. An Archaeological Survey of the Eleventh to the Eighth Centuries BC*. New York: Routledge, 1971.
- SNODGRASS, A. M. *Archaeology and the Rise of the Greek State*. Cambridge: CUP, 1977.
- SNODGRASS, A. M. Towards the Interpretation of the Geometric Figure-Scenes. *AM*, v. 95, p. 51-58, 1980.
- SNODGRASS, A. M. *An Archaeology of Greece: the present state and future scope of a discipline*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- SNODGRASS, A. M. The Rise of the Polis. In: HANSEN, M. H. (Ed.) *The Ancient Greek City-State. Symposium on the Occasion of the 250th Anniversary of the Royal Danish Academy of Sciences and Letters. July, 1-4, 1992*. *Historisk-filosofiske Meddelelser* 67. Copenhagen, 1993. p. 30-40.
- SNODGRASS, A. M. *Homer and the Artists. Text and Picture in Early Greek Art*. Cambridge: CUP, 1998.
- SNODGRASS, A. M. Centers of pottery production in Archaic Greece. In : VILLANUEVA-PUIG, M.-Chr.; LISSARRAGUE, FR.; ROUILLARD, P.; ROUVERET, A. (Ed.). *Céramique et Peinture Grecques : modes d'emploi*. Actes du colloque international, Ecole du Louvre, 26-27-28 avril 1995. Paris: La Documentation Française, 1999. p. 25-33.
- SNODGRASS, A. M. *Archaeology and the Emergence of Greece: collected papers on Early Greece and related topics (1965-2002)*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- SOUZA, C. D. As práticas mortuárias na região da Argólida entre os séculos XI e VIII a. C. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 13, 2011.
- SOUZA, C. D. *Estruturas e Artefatos: O culto heroico em sítios gregos da Idade do Ferro (séc. XI ao VIII a.C.)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- STARR, C. G. *The Origins of Greek Civilization. 1100-650 BC*. New York, 1961.

TRIGGER, B. G. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VENTRIS, M.; CHADWICK, J. *Documents in Mycenaean Greek*. Cambridge: CUP, 1956.

ZANON, C. A. *A Ilíada, Homero e a Arqueologia*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANEXOS

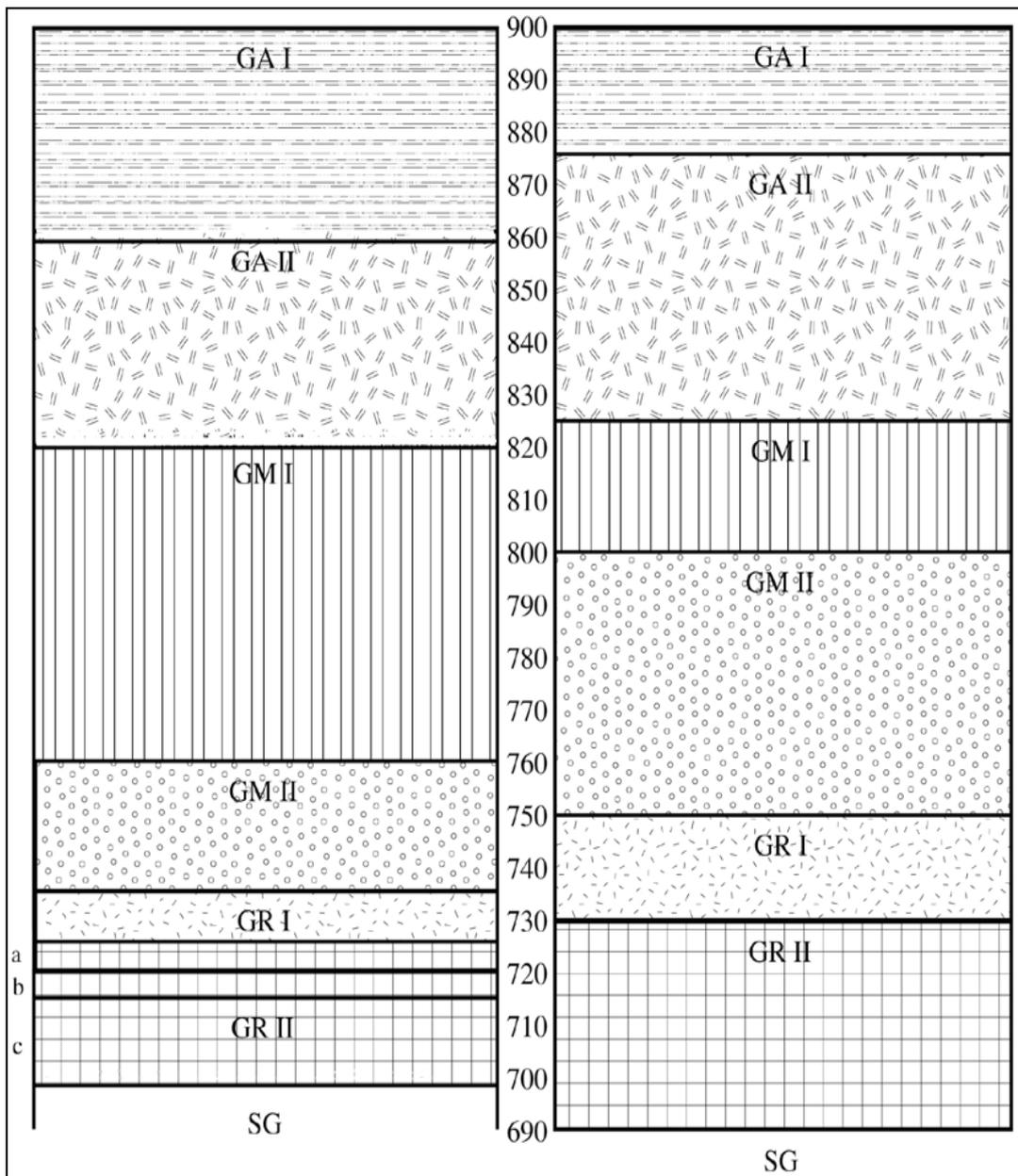


Figura 1: Tabelas cronológicas comparativas entre os sistemas de datações absolutas propostos por P. Courbin e J. N. Coldstream para o Período Geométrico na Argólida. Fonte: Souza, 2011, Fig. 2, p. 25.



Figura 2: Mapa da planície da Argólida com a localização dos principais sítios. Fonte: Souza, 2011, Mapa 2, p. 235.



Figura 3: Detalhe da composição iconográfica formada pela dupla de cavalos com a figura do condutor ao centro, típica do repertório do Geométrico argivo. Fonte: Souza, arquivo pessoal. Cratera C. 26608, proveniente do T. 317. Museu de Argos, Argos, Grécia.



Figura 4: Detalhe da composição iconográfica formada pela série de figuras femininas de mãos dadas segurando um ramo de trigo, típica do repertório do Geométrico argivo (SOUZA, arquivo pessoal). Cratera C. 229, proveniente do T. 45. Museu de Argos, Argos, Grécia.

Recebido em:22/08/2015
Aprovado em:19/09/2015
Publicado em:27/10/2015